



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
GOIANO
CAMPUS POSSE
MBA EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE NEGÓCIOS**

**A Sala do Empreendedor de Águas Lindas de Goiás como uma
Política Pública para Desenvolvimento Empresarial Local**

KELIN FATIMA CHAGAS

Posse-GO

2025

KELIN FATIMA CHAGAS

**A Sala do Empreendedor de Águas Lindas de Goiás como uma Política Pública
para Desenvolvimento Empresarial Local**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Campus Posse, como requisito parcial para a conclusão do MBA em Gestão Estratégica de Negócios.

Orientador (a): Prof.º Me. Daniel Neto Francisco

Posse-GO
2025

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema Integrado de Bibliotecas do IF Goiano - SIBi**

C433a Chagas, Kelin Fatima
A Sala do Empreendedor de Águas Lindas de Goiás como uma
Política Pública para Desenvolvimento Empresarial Local /
Kelin Fatima Chagas. Posse 2026.

27f. il.

Orientador: Prof. Me. Prof.º Me. Daniel Neto Francisco.
Monografia (Especialista) - Instituto Federal Goiano, curso de
0730326 - MBA em Gestão Estratégica de Negócios (Campus
Posse).
1. Empreendedorismo. 2. Políticas públicas. 3. Desenvolvimento
local. 4. Sebrae. 5. Micro e pequenas empresas. I. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Documentos 5/2026 - CCBADM-POS/CE-POS/GE-POS/CMPPPOS/IFGOIANO

Repositório Institucional do IF Goiano - RIIF Goiano

Sistema Integrado de Bibliotecas

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO- CIENTÍFICAS
NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input checked="" type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo da Autora: Kelin Fatima Chagas

Matrícula: 2021207303260004

Título do Trabalho: "A Sala do Empreendedor de Águas Lindas de Goiás como uma Política Pública para Desenvolvimento Empresarial Local"

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: ☒ Não ☐ Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 23 / 01 / 26

- | | | |
|--------------------------------------------------|-----------------------------------------|-----------------------------------------|
| O documento está sujeito a registro de patente? | <input type="checkbox"/> Sim | <input checked="" type="checkbox"/> Não |
| O documento pode vir a ser publicado como livro? | <input checked="" type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

1. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
2. obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
3. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Posse, 23 de janeiro de 2026.

Kelin Fatima Chagas

Assinatura da Autora

(assinado eletronicamente)

Ciente e de acordo:

Daniel Neto Francisco

Orientador

(assinado eletronicamente)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Daniel Neto Francisco, COORDENADOR(A) DE CURSO - FUC1 - CCBADM-POS**, em 23/01/2026 16:57:15.
- **Kelin Fatima Chagas, 2021207303260004 - Discente**, em 23/01/2026 17:42:53.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 23/01/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 781703

Código de Autenticação: 305c64171a



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Posse

Rodovia GO - 453 km 2,5, Fazenda Vereda do Canto, SN, Distrito Agroindustrial, POSSE / GO, CEP 73900-000

(62) 9390-5391, (62) 3605-3698



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 35/2025 - CCBADM-POS/CE-POS/GE-POS/CMPPPOS/IFGOIANO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO
MBA EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE NEGÓCIOS

No dia 19 de dezembro de 2025, às dezenove horas, foi realizada a banca de defesa do Trabalho de Curso (TC) do(a) discente **Kelin Fatima Chagas**, regularmente matriculado(a) sob o nº 2021207303260004, com trabalho intitulado: "**A Sala do Empreendedor de Águas Lindas de Goiás como uma Política Pública para Desenvolvimento Empresarial Local**", como requisito indispensável à integralização do curso MBA em Gestão Estratégica de Negócios oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Campus Posse (GO).

A Banca Examinadora, composta por:

Prof. Msc. Daniel Neto Francisco (Orientador como presidente),
Prof. Esp. Liedson Marques de Souza (Avaliador 1),
Profa. Esp. Tamires Conceição Maria de Oliveira (Avaliadora 2),

deliberou e decidiu, pela:

- ☒ Aprovação;
- ☐ Aprovação com ressalvas, sob fiscalização do Prof. Orientador;
- ☐ Reprovação

do trabalho com nota final: nove vírgula zero (9,0).

Eu, presidente da banca, lavrei a presente ata que segue assinada por mim, pelos demais membros da Banca Examinadora.

Prof. Msc. Daniel Neto Francisco
(Assinado eletronicamente)

Prof Esp. Liedson Marques de Souza
(Assinado eletronicamente)

Prof. Esp. Tamires Conceição Maria de Oliveira
(Assinado eletronicamente)

Kelin Fátima Chagas
(assinado eletronicamente)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Daniel Neto Francisco, COORDENADOR(A) DE CURSO - FUC1 - CCBADM-POS**, em 19/12/2025 20:04:15.
- **Tamires Conceição Maria de Oliveira, Tamires Conceição Maria de Oliveira - Professor Avaliador de Banca - Instituto Federal Goiano - Campus Posse (10651417001140)**, em 19/12/2025 20:06:10.
- **Liedson Marques de Souza, PROF ENS BAS TEC TECNOLOGICO-SUBSTITUTO**, em 19/12/2025 20:07:02.
- **Kelin Fatima Chagas, 2021207303260004 - Discente**, em 19/12/2025 20:28:02.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 19/12/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 776915

Código de Autenticação: f284206c35



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Posse

Rodovia GO - 453 km 2,5, Fazenda Vereda do Canto, SN, Distrito Agroindustrial, POSSE / GO, CEP 73900-000

(62) 9390-5391, (62) 3605-3698

A Sala do Empreendedor de Águas Lindas de Goiás como uma Política Pública para Desenvolvimento Empresarial Local

Kelin Fátima Chagas
MBA em Gestão Estratégica de Negócios – IF Goiano, Campus Posse
E-mail: kelin.chagas@gmail.com

Daniel Neto Francisco
Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, UFRRJ.
Docente do IF Goiano, campus Posse.
daniel.neto@ifgoiano.edu.br

Resumo: O fortalecimento do empreendedorismo local tem se consolidado como um dos principais vetores de desenvolvimento econômico nos municípios brasileiros, sobretudo em localidades com predominância de micro e pequenas empresas. A pesquisa teve por objetivo analisar como a atuação da Sala do Empreendedor de Águas Lindas de Goiás contribui para o estímulo à formalização e ao desenvolvimento de pequenos negócios, no contexto das políticas públicas de fomento implementadas em parceria entre o Sebrae e o poder público municipal. O estudo adotou abordagem quali-quantitativa, de natureza descritiva e documental, baseada em dados institucionais do sistema SAS/Qlik Sense do Sebrae Goiás referentes ao exercício de 2024. Os registros analisados abrangeram 4.048 atendimentos, distribuídos entre microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte. Observou-se que os serviços de formalização e regularização concentram a maior parte da demanda, seguidos por capacitações e consultorias, confirmando a função da Sala como porta de entrada para o empreendedorismo formal e espaço de apoio à gestão. Os resultados indicam crescimento contínuo nos atendimentos e desempenho superior em relação a municípios de porte semelhante. Concluiu-se que a gestão compartilhada entre Sebrae e Prefeitura fortalece a eficiência da política pública e amplia o alcance das ações de fomento. O estudo contribui para o aprimoramento da gestão municipal e para o entendimento do papel das Salas do Empreendedor como instrumentos de governança voltados ao desenvolvimento econômico local.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Políticas públicas; Desenvolvimento local; Sebrae; Micro e pequenas empresas.

Abstract: The strengthening of local entrepreneurship has become one of the main drivers of economic development in Brazilian municipalities, especially in regions where micro and small enterprises predominate. This study aimed to analyze how the *Sala do Empreendedor* (Entrepreneur's Office) of Águas Lindas de Goiás contributes to the promotion of business formalization and the development of small enterprises, within the scope of public policies implemented through partnerships between Sebrae and the municipal government. The research adopted a qualitative-quantitative, descriptive, and documentary approach, based on institutional data from the SAS/Qlik Sense system of Sebrae Goiás referring to the 2024 fiscal year. The dataset comprised 4,048 service records, covering individual microentrepreneurs, microenterprises, and small businesses. The results revealed that formalization and debt regularization services represent the majority of demands, followed by training and consultancy actions, confirming the program's role as an entry point to formal entrepreneurship and a support space for business management. Continuous growth in service volume and performance above municipalities of similar size were also observed. It was concluded that the shared management model between Sebrae and the City Hall strengthens the effectiveness of public policy and expands the reach of development actions. This study contributes to improving municipal management and understanding the role of *Salas do*

Empreendedor as governance instruments for local economic development.

Keywords: Entrepreneurship; Public policy; Local development; Sebrae; Micro and small enterprises.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO-----	6
2. METODOLOGIA DA PESQUISA -----	8
3. REFERÊNCIAL TEORICO -----	11
3.1 Empreendedorismo e Desenvolvimento Local no Contexto Brasileiro -----	11
3.2 Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo no Brasil-----	12
3.3 O Microempreendedor Individual e a Formalização dos Pequenos Negócios -----	14
3.4 As Salas do Empreendedor como Instrumento de Gestão Pública Municipal-----	15
3.5 Governança Municipal, Parcerias e Desburocratização -----	17
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS -----	18
5. CONCLUSÃO -----	23
REFERÊNCIAS -----	25

1. INTRODUÇÃO

As transformações econômicas e tecnológicas observadas desde o final do século XX redefiniram a organização da produção e o papel dos pequenos negócios na economia mundial. No Brasil, esse movimento foi acompanhado pela ampliação do setor de micro e pequenas empresas (MPEs), que passaram a exercer função essencial na geração de renda e trabalho. De acordo com dados do Sebrae (2023), as MPEs representam cerca de 99% dos empreendimentos formais, respondendo por 30% do Produto Interno Bruto (PIB) e 55% dos empregos com carteira assinada. Esses números evidenciam a relevância do segmento para a sustentação econômica dos municípios, especialmente em regiões com menor presença de grandes indústrias.

O avanço das políticas voltadas ao empreendedorismo está diretamente associado às mudanças estruturais no mercado de trabalho e à ampliação da informalidade. Dornelas (2008) diferencia o empreendedorismo de oportunidade, que se caracteriza pelo planejamento e visão de crescimento, do empreendedorismo de necessidade, resultado da falta de alternativas de emprego formal. Essa distinção, segundo o autor, é fundamental para compreender o perfil dos empreendedores brasileiros e suas motivações. Dolabela (2008) acrescenta que o empreendedorismo cumpre função social relevante ao possibilitar a inclusão produtiva de indivíduos e grupos em contextos econômicos adversos.

O fortalecimento do empreendedorismo no país consolidou-se a partir da Lei Complementar nº 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e da Lei Complementar nº 128/2008, que criou a figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI). Essas normas estabeleceram diretrizes para a simplificação de processos administrativos, redução de encargos e formalização de empreendimentos de pequeno porte (BRASIL, 2008). Conforme Oliveira (2010), o marco legal das MPEs representou um avanço na descentralização das políticas de fomento, atribuindo aos municípios responsabilidades diretas na execução e na criação de ambientes institucionais favoráveis à atividade empreendedora.

Nesse contexto, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) passou a desenvolver parcerias com administrações municipais para a implantação das Salas do Empreendedor, espaços destinados à orientação, formalização e capacitação de microempreendedores. Segundo o Sebrae (2018), essas salas reúnem serviços de registro, regularização, parcelamento de débitos, capacitação e consultoria, tornando-se instrumentos de execução das políticas públicas municipais de incentivo ao empreendedorismo. Ferreira (2017) destaca que a atuação do Sebrae reforça o papel do Estado na promoção de condições institucionais que favoreçam a competitividade e o crescimento dos pequenos negócios.

O fenômeno analisado neste estudo refere-se à atuação das Salas do Empreendedor como

instrumentos de política pública de desenvolvimento local, tomando como objeto empírico a Sala do Empreendedor de Águas Lindas de Goiás. Essa unidade, criada por convênio entre o Sebrae e a Prefeitura Municipal, é responsável por operacionalizar políticas de fomento ao empreendedorismo, buscando integrar o poder público e o setor produtivo. Apesar da relevância dessas estruturas, observa-se a escassez de pesquisas que analisem de forma sistemática seus resultados e impactos econômicos. Essa lacuna fundamenta a demanda desta investigação, que propõe compreender como a Sala do Empreendedor contribui para o fortalecimento dos pequenos negócios e para o desenvolvimento econômico do município.

Com base nesse contexto, formula-se o seguinte problema de pesquisa: Quais evidências, a partir dos registros institucionais de 2024, indicam a contribuição da Sala do Empreendedor de Águas Lindas de Goiás para a formalização, regularização e apoio à gestão dos pequenos negócios no município? O objetivo geral consiste em Avaliar, a partir de dados institucionais, os resultados operacionais da Sala do Empreendedor de Águas Lindas de Goiás no apoio à formalização, à regularização e à orientação de micro e pequenas empresas no contexto do desenvolvimento empresarial local.

Os objetivos específicos são: (I) caracterizar o perfil dos usuários atendidos pela Sala do Empreendedor em 2024, considerando porte empresarial e setores de atividade; (II) identificar e descrever os principais tipos de serviços prestados, com ênfase em formalização, regularização e orientação empresarial; (III) analisar a evolução do volume de atendimentos no período 2023–2024, como indicador de consolidação institucional; (IV) comparar o desempenho operacional da unidade de Águas Lindas de Goiás com Salas do Empreendedor de municípios de porte semelhante, a partir de indicadores institucionais disponíveis e (V) interpretar os resultados à luz do referencial teórico sobre governança, políticas públicas de fomento e desenvolvimento local.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender a efetividade das Salas do Empreendedor como mecanismos de gestão pública voltados à execução das políticas de apoio às MPes. Estudos como os de Benedusi (2020) e Santos (2019) apontam que essas estruturas têm contribuído para a redução da informalidade e a ampliação do acesso aos serviços de capacitação e formalização empresarial. Entretanto, a literatura ainda carece de análises que avaliem a eficácia das Salas a partir de dados institucionais consolidados. Assim, este trabalho busca preencher essa lacuna, utilizando evidências empíricas provenientes dos registros oficiais do Sebrae Goiás.

O estudo contribui para o campo da administração pública e do empreendedorismo ao articular fundamentos teóricos sobre políticas públicas com dados operacionais sobre a execução local dessas iniciativas. O uso de informações documentais do Sebrae permite avaliar de que modo a Sala do Empreendedor de Águas Lindas de Goiás tem desempenhado seu papel como instrumento

de promoção do desenvolvimento local. Além da análise institucional, o trabalho oferece subsídios para o aprimoramento das ações conjuntas entre Sebrae e prefeituras municipais, contribuindo para a formulação de políticas mais eficazes de apoio aos pequenos negócios.

A pesquisa está organizada em cinco seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta a metodologia, descrevendo a natureza da pesquisa, as fontes de dados e os procedimentos de análise. A terceira seção reúne o referencial teórico, discutindo o empreendedorismo, o papel do Sebrae e o funcionamento das Salas do Empreendedor como instrumentos de gestão pública. A quarta seção apresenta e analisa os resultados obtidos, com base nos dados institucionais de 2024, e a quinta seção apresenta as considerações finais, sintetizando os principais achados e implicações do estudo.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa adota abordagem quali-quantitativa, de natureza descritiva e documental, fundamentada na estratégia de estudo de caso. O objeto empírico é a Sala do Empreendedor de Águas Lindas de Goiás, implementada a partir de convênio entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Prefeitura Municipal. O estudo busca compreender o funcionamento dessa política pública no contexto local, identificando os resultados obtidos em 2024 e sua contribuição para a formalização de pequenos negócios e o fortalecimento da economia municipal.

A adoção do estudo de caso justifica-se pela necessidade de examinar o fenômeno em seu contexto real, sem manipulação de variáveis, considerando as relações institucionais e operacionais envolvidas. Essa estratégia possibilita analisar as ações da Sala do Empreendedor como parte de uma política pública descentralizada e identificar sua capacidade de atender às demandas de empreendedores locais. O caráter descritivo da pesquisa decorre da proposta de apresentar e interpretar as evidências observadas, enquanto o caráter documental resulta da utilização de registros institucionais como principal fonte de dados.

A abordagem quali-quantitativa adotada no estudo combina a análise descritiva de dados institucionais, expressa em indicadores operacionais, com a interpretação qualitativa desses resultados à luz do referencial teórico sobre políticas públicas de fomento ao empreendedorismo e desenvolvimento local. A dimensão quantitativa concentra-se na sistematização de dados de atendimentos, formalizações e perfil empresarial, enquanto a dimensão qualitativa se fundamenta na análise interpretativa dos achados, sem a realização de coleta direta de dados junto aos participantes.

O contexto empírico do estudo compreende o município de Águas Lindas de Goiás, localizado na Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal, cuja base econômica é predominantemente formada por micro e pequenas empresas dos setores de comércio e serviços. A Sala do Empreendedor de Águas Lindas integra a rede estadual de atendimento do Sebrae Goiás e constitui o núcleo de articulação das políticas de incentivo ao empreendedorismo no município.

O recorte temporal principal da pesquisa corresponde ao exercício de 2024, por representar o ciclo anual mais recente com informações completas e consolidadas. Para fins de análise comparativa e identificação de tendência, foram utilizados dados agregados de 2023 exclusivamente como base de referência histórica, sem comprometer o foco analítico do estudo. O universo de dados analisados inclui 4.048 atendimentos registrados no Sistema SAS/Qlik Sebrae Goiás, correspondentes a 1.555 CNPJs e 720 CPFs únicos. Esses registros abrangem microempreendedores individuais (MEI), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), contemplando informações sobre a natureza dos serviços prestados, o porte empresarial e o setor de atividade predominante.

A coleta de dados foi realizada exclusivamente a partir de fontes institucionais primárias, obtidas no painel analítico Qlik, plataforma gerida pelo Sebrae Goiás e atualizada diariamente. Como complemento, foram utilizados relatórios de convênio e materiais públicos da Agência Sebrae de Notícias (ASN Goiás), que documentam o desempenho da Sala do Empreendedor de Águas Lindas e o reconhecimento obtido por meio do Selo Sebrae Diamante 2024. Essas fontes foram tratadas como evidências secundárias e utilizadas para validação e contextualização dos resultados.

Para apresentar o delineamento metodológico, a Tabela 1 reúne os principais elementos que orientam o estudo.

Tabela 1 – Síntese metodológica da pesquisa:

Elemento	Descrição
Tipo de pesquisa	Quali-quantitativa, descritiva e documental.
Estratégia	Estudo de caso da Sala do Empreendedor de Águas Lindas de Goiás.
Período analisado	Ano de 2024.
Fontes de dados	Sistema SAS/Qlik Sense Sebrae Goiás e relatórios institucionais complementares.
Unidade de análise	Registros operacionais e indicadores de desempenho da Sala do Empreendedor.
Procedimentos de análise	Tratamento descritivo e análise interpretativa à luz das políticas públicas de fomento ao empreendedorismo.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os procedimentos de análise foram desenvolvidos em duas etapas complementares e

integradas. A primeira consistiu na organização e tratamento quantitativo dos dados, com apresentação de tabelas e gráficos destinados a evidenciar o volume de atendimentos, o perfil das empresas atendidas, os tipos de serviços prestados e a distribuição setorial. Essa sistematização permitiu observar padrões de funcionamento, desempenho e alcance das ações da Sala do Empreendedor no município.

A segunda etapa correspondeu à análise qualitativa interpretativa, orientada pela integração dos resultados numéricos com a literatura sobre políticas públicas e desenvolvimento local. Essa fase buscou compreender o papel institucional da Sala do Empreendedor no fortalecimento do ambiente de negócios e na execução descentralizada das políticas de apoio às micro e pequenas empresas.

Os resultados obtidos a partir desse processo foram interpretados de modo a evidenciar as contribuições da Sala do Empreendedor sobre o desenvolvimento econômico local. A comparação entre a Sala do Empreendedor de Águas Lindas de Goiás e unidades de municípios de porte semelhante foi realizada de forma descritiva, com base em indicadores institucionais disponíveis nos relatórios do Sebrae Goiás, tais como volume de atendimentos, número de empresas formalizadas e classificação no Selo Sebrae de Referência em Atendimento. Essa comparação teve caráter exclusivamente documental e exploratório, não sendo empregadas técnicas estatísticas inferenciais nem procedimentos de mensuração de contribuições econômica.

O percurso metodológico foi estruturado com base em autores que abordam a pesquisa descritiva, documental e o estudo de caso, entre eles Gil (2008), Cervo, Bervian e Silva (2007), Marconi e Lakatos (2017) e Yin (2015). A integração entre as técnicas quantitativas e qualitativas segue a definição de Minayo (2010), que reconhece a complementaridade entre métodos como forma de ampliar a compreensão de fenômenos sociais e institucionais. Essa estrutura assegura coerência entre os objetivos da pesquisa, as fontes de informação e os procedimentos de análise que orientam o estudo.

No âmbito qualitativo, a análise concentrou-se em dimensões institucionais e operacionais que permitem compreender o papel da Sala do Empreendedor para além dos indicadores numéricos. Foram examinados, especialmente, a capacidade de governança da Sala, observada a partir da articulação entre Sebrae e Prefeitura Municipal, da definição de responsabilidades e da estabilidade do arranjo institucional; a integração da Sala do Empreendedor às políticas públicas locais de desenvolvimento econômico, considerando seu posicionamento como instância estratégica de apoio ao empreendedorismo; e a capacidade operacional e organizacional da unidade, analisada por meio da diversidade de serviços

ofertados, da padronização dos atendimentos e da aderência às diretrizes da rede Sebrae. Também foi considerada a relevância institucional da Sala como indutora da formalização de negócios e do fortalecimento do ambiente empreendedor, evidenciada pelo reconhecimento obtido no Selo Sebrae de Referência em Atendimento. Essas dimensões qualitativas são fundamentais para interpretar os resultados quantitativos e compreender como o desempenho observado decorre de fatores institucionais, organizacionais e de governança pública no contexto local.

3. REFERÊNCIAL TEORICO

3.1 Empreendedorismo e Desenvolvimento Local no Contexto Brasileiro

O empreendedorismo é um fenômeno econômico e social que acompanha as transformações estruturais da produção e da organização do trabalho. Schumpeter (1982) concebe o empreendedor como o agente responsável pela introdução de inovações no sistema produtivo, promovendo rupturas no equilíbrio do mercado e impulsionando o desenvolvimento econômico. Essa perspectiva consolidou o entendimento de que o crescimento de uma economia depende da capacidade de seus agentes criarem, adaptarem e difundirem novas formas de produzir e organizar recursos.

Dornelas (2008) reforça essa concepção ao destacar o empreendedor como alguém que identifica oportunidades e mobiliza recursos para transformá-las em atividades economicamente viáveis. O autor argumenta que o empreendedorismo não deve ser compreendido apenas como a criação de empresas, mas como um processo de geração de valor que estimula o dinamismo produtivo, a inovação e o desenvolvimento local. Fillion (1999) acrescenta que o comportamento empreendedor está associado à construção de uma visão de futuro e à definição de metas que orientam ações concretas em contextos de incerteza.

No contexto brasileiro, o empreendedorismo ganhou relevância a partir das transformações econômicas e do aumento da informalidade do trabalho nas últimas décadas. Dolabela (2008) observa que o ato de empreender no Brasil emerge tanto por iniciativa própria quanto por necessidade, refletindo desigualdades regionais e limitações estruturais do mercado formal de emprego. Essa condição levou à formulação de políticas públicas voltadas à inclusão produtiva e ao fortalecimento de pequenos negócios, com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade social e ampliar as oportunidades de trabalho.

De acordo com dados do Sebrae (2023) e do IBGE (2021), as micro e pequenas empresas representam cerca de 99% dos empreendimentos formais no país e respondem por mais da metade

dos empregos com carteira assinada. Esses números demonstram que a base produtiva brasileira é sustentada por pequenos negócios, cuja permanência no mercado está fortemente ligada às condições locais de infraestrutura, crédito, qualificação e apoio institucional.

O desenvolvimento local, conforme Buarque (2002), não se resume ao crescimento econômico, mas envolve a mobilização de capacidades endógenas e o fortalecimento das redes sociais e produtivas de um território. Essa abordagem enfatiza que o empreendedorismo é um instrumento de transformação econômica e social, pois permite que comunidades desenvolvam soluções próprias para seus desafios, utilizando recursos e conhecimentos disponíveis em âmbito local.

Menezes e Beltrão (2023) apontam que o fortalecimento do empreendedorismo local depende da criação de ambientes institucionais favoráveis, capazes de integrar políticas públicas, instituições de apoio e agentes privados em torno de objetivos comuns. A articulação entre o Estado e o setor produtivo torna-se, portanto, elemento essencial para o desenvolvimento sustentável dos municípios.

Nesse contexto, as micro e pequenas empresas passam a ser vistas não apenas como unidades econômicas, mas como componentes estratégicos das políticas de desenvolvimento. De acordo com os relatórios do Sebrae (SEBRAE, 2021; 2023), a expansão do empreendedorismo nos municípios está associada à capacidade de implementação de políticas de fomento, à redução da burocracia e ao acesso a programas de capacitação e crédito. Outro elemento relevante para esse fenômeno é apontado por Arenhardt e Simonetto (2023), ao destacarem a importância da construção de políticas de inovação voltadas diretamente aos microempreendedores e aos desafios mercadológicos por eles enfrentados.

Assim, o empreendedorismo no Brasil pode ser compreendido como um processo de interação entre fatores individuais e institucionais, no qual o Estado, por meio de instrumentos de apoio e incentivo, desempenha papel decisivo na consolidação de um ambiente propício à geração de negócios e empregos. Essa perspectiva sustenta a análise das Salas do Empreendedor enquanto espaços de operacionalização das políticas públicas de fomento, cuja atuação reflete a articulação entre poder público, instituições de apoio e empreendedores locais.

3.2 Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo no Brasil

O fortalecimento do empreendedorismo no Brasil está diretamente ligado à evolução das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento produtivo e para a redução da informalidade. Desde a década de 1990, o Estado brasileiro tem buscado estruturar mecanismos de apoio que conciliem crescimento econômico, inclusão social e competitividade local. Abrucio (2002) observa

que o avanço da descentralização administrativa permitiu ampliar a autonomia dos municípios, tornando-os atores centrais na implementação de políticas públicas, inclusive as de incentivo à atividade empreendedora. Essa mudança redefiniu a forma como as ações de fomento são executadas, aproximando-as das realidades locais e das necessidades dos pequenos negócios.

A promulgação da Lei Complementar nº 123 de 2006, conhecida como Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, representou um marco nesse processo. A legislação estabeleceu diretrizes para o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), reconhecendo sua importância para o equilíbrio econômico e social do país. Entre os dispositivos da lei, destaca-se a simplificação de processos de registro e licenciamento, a ampliação do acesso ao crédito e a criação de mecanismos de capacitação e apoio técnico. Em 2008, a Lei Complementar nº 128 ampliou esse escopo ao instituir a figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI), que permitiu a formalização de milhões de trabalhadores autônomos, integrando-os ao sistema previdenciário e tributário.

Essas medidas resultaram de uma trajetória de articulação entre o governo federal, o Sebrae e as entidades representativas do setor produtivo. Bezerra et al. (2021) ressaltam que a formulação dessas políticas está ancorada em um modelo de cooperação institucional, no qual a União define diretrizes gerais e os municípios executam ações de apoio e atendimento, frequentemente por meio de convênios e programas de capacitação. Esse arranjo federativo permite que políticas nacionais sejam adaptadas às especificidades regionais, o que é essencial para atender à diversidade econômica e social do território brasileiro.

A criação das Salas do Empreendedor integra essa lógica de descentralização e capilaridade. O Sebrae (2018) concebeu esse programa como instrumento operacional da política pública de fomento aos pequenos negócios, permitindo que os municípios ofereçam, em um único espaço, serviços de orientação, registro, capacitação e regularização de empreendedores. As Salas funcionam como extensão da política de apoio ao empreendedorismo, articulando o poder público local e as instituições parceiras na execução de programas voltados ao fortalecimento das micro e pequenas empresas.

Lotta (2014) analisa que a efetividade das políticas públicas depende da atuação dos agentes de implementação, que traduzem as diretrizes normativas em práticas cotidianas. No caso do empreendedorismo, essa atuação se concretiza nas parcerias entre o Sebrae, as prefeituras e os servidores municipais responsáveis pelos atendimentos nas Salas do Empreendedor. São esses agentes que tornam a política visível e acessível ao cidadão, garantindo que as ações planejadas no âmbito nacional produzam resultados tangíveis no nível local.

A literatura sobre políticas de fomento ao empreendedorismo também evidencia a

importância de mecanismos de avaliação e acompanhamento. Bezerra et al. (2021) apontam que, embora o Brasil tenha avançado na criação de instrumentos legais e programas de apoio, ainda enfrenta desafios para mensurar o impacto dessas ações na geração de emprego e renda. A ausência de indicadores consolidados de desempenho dificulta a avaliação do alcance das políticas, o que reforça a necessidade de análises que integrem dados institucionais, resultados econômicos e percepções dos beneficiários.

Nesse cenário, a descentralização do fomento ao empreendedorismo assume papel estratégico. Ao transferir responsabilidades aos municípios e estimular a formação de redes interinstitucionais, as políticas públicas ampliam a capacidade de resposta do Estado às demandas do setor produtivo. A atuação municipal, apoiada tecnicamente por entidades como o Sebrae, viabiliza a adaptação das estratégias de incentivo à realidade de cada território, promovendo maior coerência entre a política formulada e a prática executada.

A consolidação dessas políticas transformou o empreendedorismo em eixo relevante das agendas de desenvolvimento econômico. O conjunto normativo representado pelas Leis Complementares nº 123/2006 e nº 128/2008, aliado à expansão das Salas do Empreendedor, constitui o alicerce institucional para a integração entre formalização, capacitação e fortalecimento de pequenos negócios. Essa estrutura permite compreender o empreendedorismo não apenas como resultado de iniciativas individuais, mas como expressão de uma política pública de Estado voltada à promoção do desenvolvimento local e à inclusão produtiva.

3.3 O Microempreendedor Individual e a Formalização dos Pequenos Negócios

A criação do regime jurídico do Microempreendedor Individual (MEI), instituído pela Lei Complementar nº 128 de 2008, representou uma das mais significativas mudanças na política pública de apoio aos pequenos negócios no Brasil. O dispositivo legal surgiu como resposta à elevada taxa de informalidade, que historicamente marcou o mercado de trabalho brasileiro, buscando oferecer um modelo simplificado de formalização para trabalhadores autônomos e pequenos empreendedores. Ao permitir o registro como pessoa jurídica, o MEI possibilitou o acesso a direitos previdenciários, emissão de notas fiscais e participação em licitações públicas, ao mesmo tempo em que reduziu a complexidade tributária e burocrática enfrentada por quem atua em escala reduzida.

Segundo dados do Sebrae (2023), o Brasil ultrapassou a marca de 14 milhões de microempreendedores individuais formalizados, distribuídos principalmente nos setores de comércio e serviços. Essa ampliação demonstra que o MEI se consolidou como principal porta de entrada para a formalização de pequenos negócios e autônomos. O IBGE (2021) destaca que o

regime contribuiu para a inclusão produtiva e a ampliação da base contributiva da economia formal, fortalecendo o vínculo entre os trabalhadores e o sistema previdenciário.

O modelo do MEI também se insere na lógica de descentralização das políticas públicas, pois sua execução depende da articulação entre diferentes esferas de governo e instituições de apoio. O Sebrae, em parceria com prefeituras e órgãos estaduais, atua na capacitação, orientação e acompanhamento desses empreendedores, fornecendo suporte técnico e educacional. Essa estrutura descentralizada permite adaptar as ações de incentivo às características econômicas de cada território, favorecendo o desenvolvimento local e a sustentabilidade dos pequenos empreendimentos.

Contudo, a formalização, por si só, não assegura a continuidade dos negócios. Bezerra et al. (2021) observam que a sobrevivência dos microempreendimentos depende do acesso a capacitação, crédito e mercados consumidores. Embora o MEI simplifique o processo de ingresso no ambiente formal, muitos empreendedores enfrentam limitações quanto à gestão financeira e ao planejamento de longo prazo. Nesse sentido, as políticas públicas associadas ao regime devem contemplar não apenas a formalização, mas também o acompanhamento e a qualificação contínua.

O Sebrae tem desempenhado papel central nesse processo, por meio da oferta de cursos, consultorias e programas de fortalecimento empresarial voltados ao MEI. Tais iniciativas visam reduzir as taxas de mortalidade das empresas nos primeiros anos de atividade e ampliar a competitividade dos pequenos negócios. Os dados institucionais indicam que a integração entre orientação técnica, acesso a crédito e simplificação burocrática contribui para a permanência dos empreendedores no mercado formal e para a geração de emprego e renda nos municípios.

A experiência do MEI evidencia a importância das políticas públicas de fomento como instrumentos de inclusão produtiva e desenvolvimento local. O regime simplificado não se limita a regularizar atividades informais, mas cria condições para que os empreendedores se insiram de forma estruturada na economia. Assim, a formalização deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de fortalecimento da base produtiva, no qual o Estado e as instituições de apoio atuam conjuntamente para consolidar um ambiente favorável à criação e à sustentabilidade dos pequenos negócios.

3.4 As Salas do Empreendedor como Instrumento de Gestão Pública Municipal

As Salas do Empreendedor configuram-se como um dos principais instrumentos de implementação das políticas públicas de apoio às micro e pequenas empresas no Brasil. Criadas a partir das diretrizes da Lei Complementar nº 123/2006 e institucionalizadas pelo convênio entre o Sebrae e os municípios, as Salas têm como finalidade promover a desburocratização, facilitar a

formalização e integrar, em um único espaço, serviços e orientações voltados ao empreendedor. Segundo o Sebrae (2018), essas unidades de atendimento funcionam como pontos de articulação entre o poder público e os agentes econômicos locais, permitindo que as ações de fomento alcancem maior capilaridade e adaptação às realidades municipais.

O modelo operacional das Salas do Empreendedor baseia-se na cooperação entre instituições públicas e privadas. As prefeituras cedem o espaço físico e a equipe local, enquanto o Sebrae oferece suporte técnico, capacitação e acompanhamento das atividades. Essa estrutura compartilhada reflete o princípio da descentralização das políticas públicas, no qual as ações de desenvolvimento econômico são executadas de forma colaborativa entre diferentes níveis de governo. Bezerra et al. (2021) destacam que essa dinâmica favorece o fortalecimento da governança municipal, pois aproxima as políticas de fomento do cotidiano dos empreendedores e amplia a capacidade de gestão local.

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (2024) analisou o papel das Salas do Empreendedor como vetor de desenvolvimento municipal e identificou que sua presença está associada ao aumento da formalização, à melhoria dos serviços de registro empresarial e à ampliação da base contributiva local. O estudo ressalta que, em municípios onde a Sala está estruturada e articulada com outras secretarias, observa-se maior eficiência na execução das políticas de incentivo e na criação de um ambiente mais favorável ao empreendedorismo. Essa evidência reforça o caráter estratégico do programa enquanto política pública de proximidade, que permite ao Estado atuar diretamente na base produtiva local.

Araújo e Oliveira (2023), ao analisarem a experiência da Sala do Empreendedor de Loanda, no Paraná, observaram que o impacto do programa vai além da formalização de empresas. As Salas se tornaram espaços de aprendizagem e apoio técnico, nos quais empreendedores recebem orientações sobre gestão, acesso a crédito e oportunidades de capacitação. Essa função educativa e integradora amplia o alcance da política pública, ao transformar o atendimento individual em um processo contínuo de desenvolvimento empresarial e comunitário.

A experiência relatada pela Agência Sebrae de Notícias (2025) sobre a Sala do Empreendedor de Águas Lindas de Goiás, reconhecida com o Selo Sebrae Diamante, ilustra o potencial do modelo quando há articulação efetiva entre Sebrae e governo municipal. O reconhecimento foi concedido com base em critérios de desempenho, atendimento, gestão e inovação nos serviços prestados. Esse caso evidencia como a política pública, quando aplicada de forma estruturada, contribui para a melhoria do ambiente de negócios e para a consolidação do empreendedorismo como eixo do desenvolvimento local.

As Salas do Empreendedor, portanto, representam uma política pública de natureza

operacional e territorializada. Sua atuação contribui para o fortalecimento da gestão pública municipal, para o estímulo à formalização e para a integração das micro e pequenas empresas nas cadeias produtivas locais. O modelo de cooperação adotado reforça a importância de estruturas permanentes de atendimento, que aliem desburocratização, capacitação e acompanhamento, permitindo que o empreendedorismo se consolide como instrumento de inclusão produtiva e desenvolvimento econômico nos municípios brasileiros.

3.5 Governança Municipal, Parcerias e Desburocratização

O fortalecimento do empreendedorismo local está diretamente relacionado à capacidade dos governos municipais de coordenar políticas públicas de forma integrada e cooperativa. Abrucio (2002) destaca que a descentralização administrativa, ao transferir responsabilidades para os entes locais, exige também a criação de mecanismos de coordenação que garantam a coerência entre as políticas implementadas nos diferentes níveis da federação. No campo do desenvolvimento econômico, essa coordenação depende da articulação entre Estado, setor produtivo e instituições de apoio, o que requer estruturas de governança capazes de promover ações conjuntas e contínuas.

As parcerias estabelecidas entre prefeituras, Sebrae e demais órgãos públicos representam um exemplo de governança cooperativa voltada à gestão de políticas de fomento. Segundo Lotta (2014), a efetividade das políticas públicas está associada à atuação dos chamados agentes de implementação, que operam nas fronteiras entre a formulação e a execução das ações. No contexto municipal, esses agentes incluem servidores, consultores e técnicos que interagem diretamente com empreendedores e traduzem as diretrizes normativas em práticas administrativas e de atendimento. A capacidade de articulação entre esses atores define o grau de integração das políticas e a continuidade das iniciativas locais.

Os relatórios da OCDE (2019) indicam que ambientes de negócios eficientes são caracterizados por estruturas institucionais que reduzem a complexidade burocrática, aumentam a transparência e fortalecem o diálogo entre poder público e iniciativa privada. No Brasil, iniciativas como as Salas do Empreendedor, os comitês de desenvolvimento econômico e as redes de apoio às micro e pequenas empresas buscam atender a esses princípios, ao simplificar processos e aproximar a gestão pública da dinâmica empresarial. Essa aproximação cria condições para que as políticas sejam ajustadas de acordo com as demandas locais e para que os empreendedores tenham acesso facilitado a serviços públicos essenciais.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (2020) ressalta que a desburocratização é um componente central das estratégias de desenvolvimento, pois reduz custos de transação e incentiva a formalização. No âmbito municipal, medidas como a unificação de cadastros, o licenciamento

simplificado e o atendimento integrado contribuem para criar um ambiente mais favorável à abertura e à manutenção de empresas. Essas práticas estão alinhadas às diretrizes do Programa de Simplificação do Registro e Legalização de Empresas (REDESIM), que tem na atuação local um de seus pilares de execução.

No caso brasileiro, o Sebrae tem desempenhado papel relevante como mediador técnico entre o poder público e o setor produtivo. Sua atuação na estruturação de programas de atendimento e capacitação, em parceria com os municípios, contribui para o desenvolvimento de práticas de governança compartilhada. Lotta (2014) observa que a consolidação de redes interinstitucionais depende da aprendizagem coletiva e da criação de rotinas administrativas que garantam estabilidade e continuidade às políticas públicas. Assim, a gestão do empreendedorismo local deve ser compreendida como um processo colaborativo, sustentado por fluxos permanentes de comunicação, acompanhamento e avaliação entre os agentes envolvidos.

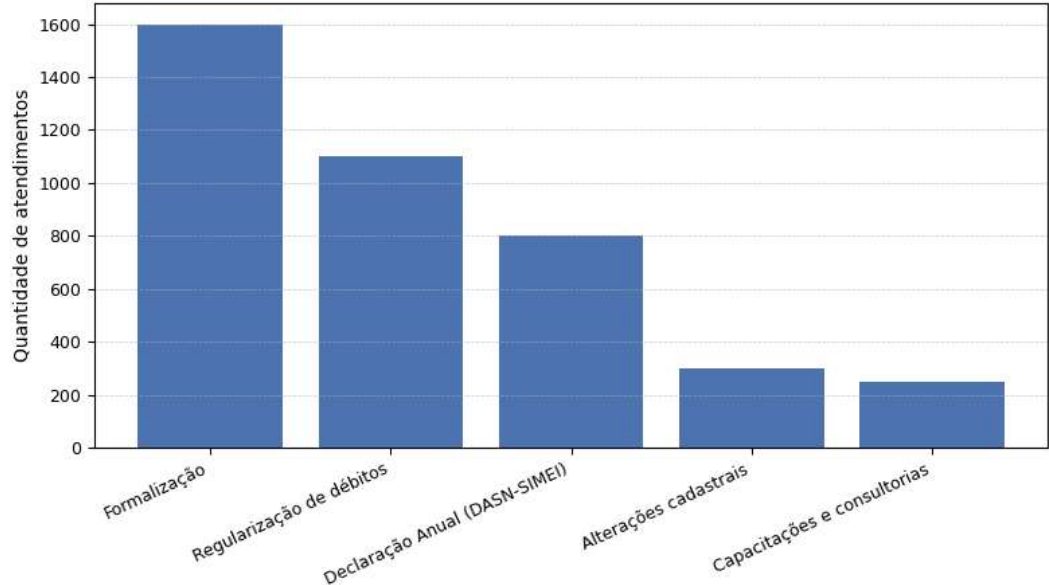
A combinação entre governança cooperativa e desburocratização representa, portanto, um eixo estratégico para o fortalecimento do empreendedorismo e para a melhoria do ambiente de negócios nos municípios. A capacidade de articular políticas, simplificar procedimentos e promover a integração institucional define o alcance das ações de fomento e sua contribuição para o desenvolvimento econômico local. Esse modelo de gestão compartilhada reforça a importância da atuação conjunta entre Estado e sociedade na criação de condições estruturais que sustentem a formalização, a inovação e a sustentabilidade das micro e pequenas empresas brasileiras.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos dados institucionais extraídos do sistema SAS/Qlik Sense do Sebrae Goiás, referentes ao exercício de 2024, permitiu observar o alcance e os efeitos da atuação da Sala do Empreendedor de Águas Lindas de Goiás. No período analisado, foram registrados 4.048 atendimentos, distribuídos entre 1.555 CNPJs e 720 CPFs únicos, abrangendo microempreendedores individuais (MEI), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP). Esses números indicam que a unidade possui atuação consistente e consolidada na economia local, refletindo sua relevância como uma política pública para a promoção do empreendedorismo.

Para compreender melhor a natureza desses atendimentos e suas principais demandas, foi elaborada uma sistematização dos dados, a começar pela apresentação da Figura 1.

Figura 1 - Distribuição dos atendimentos por tipo de serviço (2024):



Fonte: SAS/Qlik Sense Sebrae Goiás (2024).

Ao analisar a distribuição dos atendimentos por tipo de serviço, nota-se que os processos de formalização e regularização de débitos concentram a maior parcela das atividades, seguidos pela declaração anual e pelas capacitações empresariais. Essa configuração evidencia que a maior parte da demanda está associada à entrada e à manutenção de empreendedores no sistema formal, confirmando o papel estratégico da Sala como porta de acesso à legalização e à orientação técnica de pequenos negócios.

Os dados da pesquisa também permitem observar o perfil dos usuários e a predominância dos setores atendidos. A Tabela 2 apresenta essa distribuição, destacando que a maioria dos empreendedores atendidos atua nas áreas de comércio e serviços, o que reflete a estrutura produtiva do município e reafirma as tendências identificadas pelo Sebrae (2023), segundo as quais esses dois segmentos concentram o maior número de micro e pequenas empresas no Brasil.

Tabela 2 – Perfil dos empreendedores atendidos pela Sala do Empreendedor (2024):				
Categoria	Percentual (%)	Setor predominante	Tempo de atuação	Porte
MEI	68%	Comércio e Serviços	Até 2 anos	Microempreendedor individual
ME	22%	Comércio e Serviços	2–5 anos	Microempresa
EPP	10%	Serviços e Indústria	Acima de 5 anos	Empresa de pequeno porte

Fonte: SAS/Qlik Sebrae Goiás (2024).

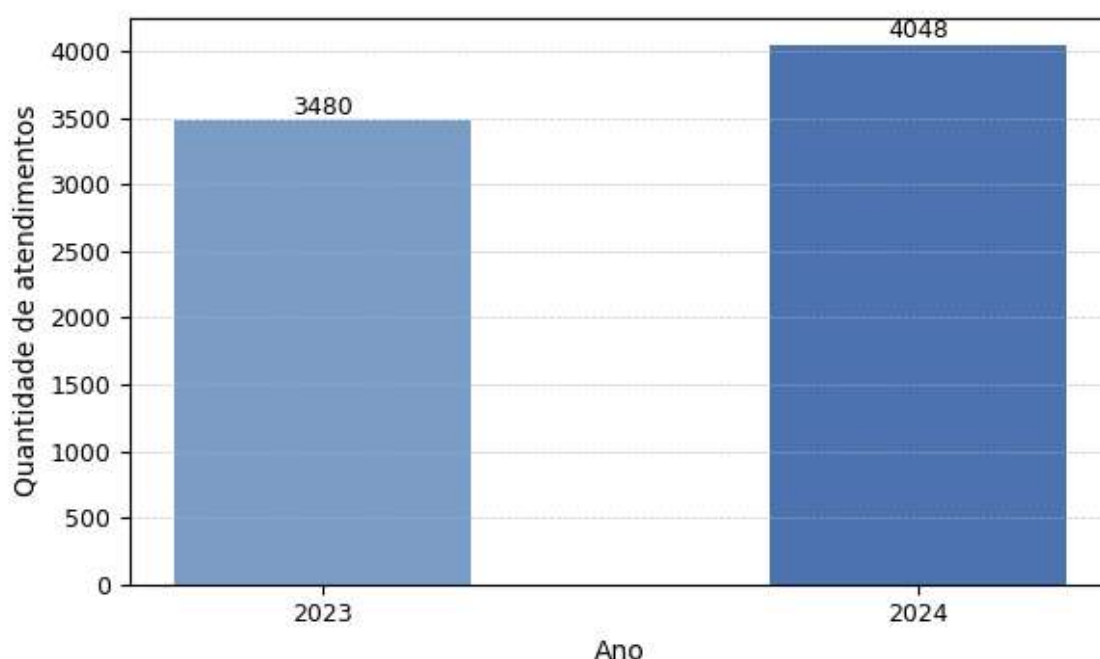
Ao examinar os dados da Tabela 2, observa-se que os microempreendedores individuais (MEI) correspondem a cerca de dois terços dos atendimentos, o que confirma o papel desse público

como eixo central das ações de formalização e inclusão produtiva. Esse padrão é coerente com o panorama nacional e reforça a importância das Salas do Empreendedor como estrutura de apoio aos negócios de menor porte, conforme destacam Bezerra et al. (2021) e Araújo e Oliveira (2023).

Entre os serviços ofertados, destacam-se os de formalização, regularização de débitos, alteração cadastral e emissão de declarações anuais (DASN-SIMEI). A persistente demanda por formalização indica que a unidade cumpre papel estruturante no processo de integração dos empreendedores ao sistema formal. Além disso, a presença expressiva de atendimentos relacionados a capacitações e consultorias revela uma atuação que vai além da legalização, abrangendo a qualificação da gestão e o fortalecimento dos negócios locais.

Com base nessas informações, torna-se possível observar a evolução temporal do volume de atendimentos e o amadurecimento da estrutura de apoio oferecida pela Sala do Empreendedor. Essa tendência é ilustrada na Figura 2, que apresenta o crescimento das atividades entre os anos de 2023 e 2024.

Figura 2 - Evolução dos Atendimentos (2023–2024):



Fonte: SAS/Qlik Sense Sebrae Goiás (2024).

O comportamento dos atendimentos entre 2023 e 2024 revela um movimento de crescimento constante, indicando ampliação das atividades e consolidação institucional da Sala do Empreendedor de Águas Lindas de Goiás. Esse avanço reflete o amadurecimento da parceria entre o Sebrae e a Prefeitura Municipal, bem como o reconhecimento progressivo do serviço pela comunidade empresarial. A tendência de expansão confirma a hipótese inicial do estudo de que a atuação da Sala contribui para o fortalecimento do empreendedorismo local e para a dinamização

da economia municipal.

Com o intuito de posicionar o desempenho operacional da Sala do Empreendedor de Águas Lindas de Goiás no contexto regional, realizou-se uma comparação descritiva com unidades de municípios de porte semelhante, a partir de indicadores institucionais disponíveis nos relatórios do Sebrae Goiás. Os dados dessa comparação estão sintetizados na Tabela 3, que demonstra o desempenho da unidade local frente a outras cidades de características equivalentes.

Tabela 3 – Comparativo de Desempenho com Municípios de Porte Semelhante (2024):

Município	Atendimentos	Empresas formalizadas	Selo Sebrae 2024	Posição estadual
Águas Lindas de Goiás	4.048	1.555	Diamante	1º
Município A	2.920	980	Ouro	4º
Município B	2.100	760	Prata	6º

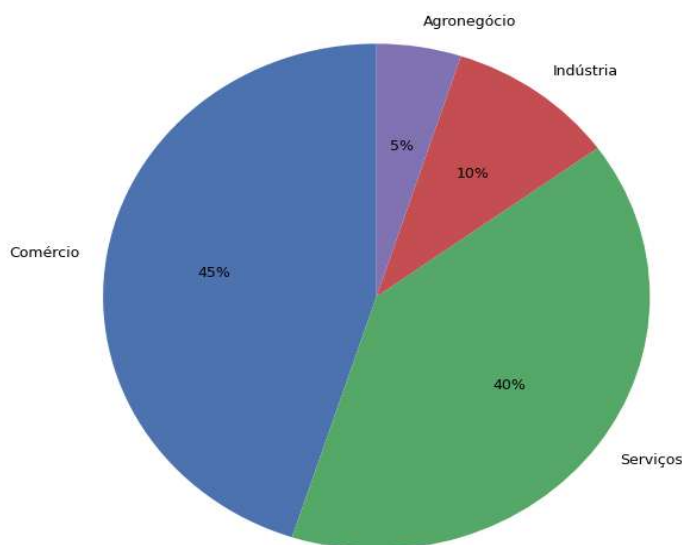
Fonte: Sebrae Goiás (2024), Relatórios de Convênio e Painel SAS/Qlik.

Os dados apresentados na Tabela 3 indicam que a Sala do Empreendedor de Águas Lindas de Goiás apresenta desempenho operacional destacado em relação a unidades de municípios de ¹porte semelhante, especialmente no volume de atendimentos e no número de empresas formalizadas. Esse posicionamento institucional é corroborado pela obtenção do Selo Sebrae Diamante 2024, que reconhece padrões elevados de organização, gestão e qualidade no atendimento. O desempenho observado reflete a solidez do modelo de gestão compartilhada entre o Sebrae e a Prefeitura Municipal, perspectiva sustentada por Lotta (2014) e Abrucio (2002) ao tratarem da cooperação institucional como elemento essencial para a efetividade das políticas públicas locais.

Após essa comparação, torna-se pertinente observar em quais setores econômicos a Sala tem concentrado seus atendimentos. Essa distribuição é apresentada na Figura 3, que detalha os ramos de atividade predominantes entre os empreendedores atendidos.

¹ Os municípios comparados foram selecionados com base em critérios de porte populacional e estrutura administrativa semelhante, conforme classificação utilizada pelo Sebrae Goiás. Os nomes foram omitidos para fins de apresentação institucional.

Figura 3 - Distribuição dos atendimentos por setor econômico (2024):



Fonte: SAS/Qlik Sense Sebrae Goiás (2024).

A análise da Figura 3 mostra que os setores de comércio e serviços concentram a maior parte dos registros, enquanto indústria e agronegócio apresentam participação reduzida. Essa configuração reflete a estrutura produtiva do município e demonstra que a política de fomento tem se moldado às suas características locais. Conforme discute Buarque (2002), o desenvolvimento sustentável em nível municipal depende do alinhamento entre políticas públicas e vocações regionais — relação que se confirma no caso analisado.

Quando confrontados com a literatura, os resultados empíricos convergem com os fundamentos teóricos do desenvolvimento local e da governança descentralizada. A experiência de Águas Lindas reforça a importância da atuação territorializada e da cooperação interinstitucional como elementos estruturantes das políticas de fomento, aspectos também destacados por Lotta (2014) e Abrucio (2002). A presença ativa do Sebrae e o engajamento da administração municipal evidenciam que a proximidade entre instituições e empreendedores é decisiva para fortalecer a base econômica local.

Do ponto de vista teórico, os achados indicam que as Salas do Empreendedor devem ser compreendidas como instrumentos permanentes de uma política de Estado voltada ao desenvolvimento produtivo, e não apenas como iniciativas operacionais. Metodologicamente, a análise documental mostrou-se adequada para avaliar programas de gestão pública sustentados por dados institucionais. No campo prático, os resultados contribuem para o aprimoramento da governança local e para o uso dos painéis SAS/Qlik Sense como ferramentas de monitoramento contínuo, capazes de apoiar a tomada de decisão e a gestão de indicadores.

Quanto às limitações, reconhece-se o uso exclusivo de dados secundários e a restrição

temporal ao exercício de 2024, o que impossibilita a observação de tendências de longo prazo. Pesquisas futuras podem combinar métodos quantitativos e qualitativos, incorporando entrevistas com empreendedores e gestores, de modo a aprofundar a compreensão dos impactos sociais e econômicos da política pública analisada.

De modo geral, os resultados confirmam a hipótese inicial de que a Sala do Empreendedor de Águas Lindas de Goiás exerce papel estruturante no fortalecimento do empreendedorismo local. A cooperação entre Sebrae e Prefeitura demonstra que a descentralização administrativa, quando associada a práticas de governança e capacitação, gera efeitos concretos sobre a formalização, o atendimento e a consolidação de pequenos negócios. Assim, a experiência analisada reforça o papel das Salas do Empreendedor como instrumentos de gestão pública capazes de sustentar o desenvolvimento econômico e social dos municípios brasileiros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve por objetivo analisar a atuação da Sala do Empreendedor de Águas Lindas de Goiás como política pública de apoio aos pequenos negócios, buscando compreender de que forma a parceria entre o Sebrae e o poder público municipal tem contribuído para a formalização de empreendedores e para o fortalecimento da economia local.

Os resultados indicam que o modelo de cooperação adotado no município tem produzido efeitos concretos e mensuráveis. A Sala do Empreendedor consolidou-se como um espaço institucional de orientação e acesso a serviços essenciais para aqueles que iniciam ou buscam regularizar suas atividades econômicas. Os registros analisados demonstram que o atendimento concentra-se majoritariamente em microempreendedores individuais e empresas de pequeno porte, o que reflete o perfil produtivo do município e confirma que a política pública alcança o público para o qual foi originalmente concebida.

Ao longo de 2024, observou-se crescimento no volume de atendimentos e ampliação da diversidade dos serviços ofertados, evidenciando o amadurecimento da estrutura local e a adesão progressiva dos empreendedores às ações da Sala. A análise comparativa com municípios de porte semelhante revelou desempenho superior da unidade de Águas Lindas de Goiás, resultado compatível com o reconhecimento institucional obtido por meio do Selo Sebrae Diamante 2024. Esse desempenho reforça a importância da articulação entre gestão municipal e suporte técnico do Sebrae para a consolidação de ambientes locais mais favoráveis ao empreendedorismo. Ademais, a predominância dos setores de comércio e serviços confirma a adequação das ações da Sala às

vocações econômicas do território, elemento fundamental para a efetividade das políticas de desenvolvimento local.

Sob a perspectiva teórica, o estudo dialoga com as discussões sobre governança e desenvolvimento territorial ao evidenciar que políticas públicas desenhadas de forma colaborativa tendem a apresentar maior alcance, legitimidade e capacidade de resposta às demandas locais. A experiência analisada demonstra que a descentralização administrativa, quando associada a arranjos cooperativos e a instrumentos de gestão compartilhada, amplia a efetividade da atuação estatal no apoio aos pequenos negócios.

Do ponto de vista metodológico, a utilização de dados institucionais do Sebrae mostrou-se adequada para compreender o funcionamento e os resultados da política pública no contexto estudado. O uso de informações consolidadas permitiu observar o desempenho da Sala do Empreendedor de maneira objetiva e mensurável, reforçando a relevância dos registros administrativos como fonte legítima de análise na gestão pública e na avaliação de políticas descentralizadas.

Como limitação do estudo, destaca-se o recorte temporal restrito ao exercício de 2024 e a ausência de investigação direta junto aos empreendedores atendidos. A ampliação do horizonte temporal e a incorporação das percepções dos usuários podem enriquecer pesquisas futuras, possibilitando avaliar aspectos como satisfação, impactos econômicos percebidos, continuidade dos negócios formalizados e desafios enfrentados após o atendimento. Também se aponta a pertinência de estudos comparativos envolvendo Salas do Empreendedor de outras localidades, com vistas a compreender de forma mais ampla as capacidades institucionais dessas estruturas e suas diferentes configurações de desempenho.

Nesse sentido, os resultados deste trabalho sugerem que avanços adicionais podem estar associados ao fortalecimento de ações voltadas à inovação, ao acesso a instrumentos de financiamento e ao acompanhamento continuado dos empreendedores, ampliando o papel da Sala para além da formalização inicial. Tais aprimoramentos tendem a potencializar os efeitos da política pública no médio e longo prazo, contribuindo para a sustentabilidade dos pequenos negócios e para o desenvolvimento econômico local.

Assim, o estudo evidencia que a Sala do Empreendedor de Águas Lindas de Goiás cumpre papel estratégico na política municipal de apoio aos pequenos negócios. Sua atuação aproxima o poder público do empreendedor e cria condições mais favoráveis para a formalização, o acesso à informação e o desenvolvimento de competências empresariais. As reflexões apresentadas contribuem para o aprimoramento das práticas de gestão local e para o fortalecimento das políticas públicas de fomento ao empreendedorismo como vetor de desenvolvimento econômico e social.

No que se refere ao papel do ente municipal na governança da Sala do Empreendedor, os achados do estudo indicam que a Prefeitura de Águas Lindas de Goiás exerce função primordialmente operacional e de suporte administrativo, especialmente no que tange à disponibilização de estrutura física, à designação de equipe local e ao atendimento direto aos empreendedores. Contudo, observa-se que essa atuação ainda se apresenta de forma limitada no que diz respeito à condução estratégica da política pública, à integração da Sala do Empreendedor com outras ações de desenvolvimento econômico municipal e ao uso sistemático dos dados gerados para o planejamento e tomada de decisão. Essa fragilidade institucional resulta em elevada dependência do suporte técnico do Sebrae, o que, embora assegure a qualidade dos serviços ofertados, restringe a autonomia e a capacidade de indução da política pelo poder público local. A superação dessas limitações passa pelo fortalecimento da capacidade de governança municipal, por meio da institucionalização da Sala no planejamento estratégico da prefeitura, da maior articulação intersetorial entre secretarias e da ampliação do protagonismo do município na definição de prioridades e no acompanhamento dos resultados. Ainda que de forma incipiente, tais avanços tendem a conferir maior sustentabilidade à política da Sala do Empreendedor e a ampliar seus desdobramentos no desenvolvimento econômico local.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz. **Descentralização e cooperação federativa: a experiência brasileira e o papel dos governos estaduais**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- ABRUCIO, Fernando Luiz. **Governança cooperativa e políticas públicas locais**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2014.
- ALVES, Marcos Tadeu; PAIVA, Leandro. Sustentabilidade e desafios da formalização do microempreendedor individual no Brasil. *Revista de Administração e Inovação*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 121–134, 2021.
- ARENHARDT, Daniel Luís; SIMONETTO, Eugenio de Oliveira. A importância do financiamento público para pequenas e médias empresas (PMEs) inovadoras com atuação no Brasil. *Revista da Micro e Pequena Empresa*, v. 17, n. 1, 2023.
- ARAÚJO, Rodrigo; OLIVEIRA, Paula. A atuação das Salas do Empreendedor como instrumento de desenvolvimento local: estudo de caso em Loanda–PR. *Revista Científica da UNESPAR*, 2023.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Desburocratização e ambiente de negócios no Brasil: relatório de políticas públicas**. Washington, D.C.: BID, 2020.

- BENEDUSI, Marcia Fátima. A importância da Sala do Empreendedor nos municípios brasileiros. Revista Sebrae de Administração Pública, Brasília, 2020.
- BEZERRA, Maria das Graças; LIMA, Carlos; PEREIRA, João. Descentralização e políticas públicas de fomento ao empreendedorismo local. Revista Brasileira de Gestão Pública, Brasília, v. 11, n. 2, p. 55–71, 2021.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 15 dez. 2006.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 22 dez. 2008.
- BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: IICA, 2002.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- DOLABELA, Fernando. **Oficina do Empreendedor: o método de Ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2008.
- DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- FERREIRA, José Silva. O papel do Sebrae no fortalecimento das micro e pequenas empresas brasileiras. Revista Brasileira de Empreendedorismo, Brasília, v. 6, n. 1, p. 43–57, 2017.
- FILION, Louis Jacques. Empreendedorismo. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 6–17, 1999.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LOTTA, Gabriela Spanghero. **Implementação de políticas públicas**. São Paulo: FGV, 2012.
- LOTTA, Gabriela Spanghero. **Agentes de implementação: mediação, aprendizado e autonomia na execução de políticas públicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MENEZES, João; BELTRÃO, Gustavo. Empreendedorismo local. Revista de Desenvolvimento Regional, v. 19, n. 3, p. 201–219, 2023.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- OCDE. **Ease of doing business**. Paris: OCDE, 2019.
- SEBRAE. Salas do Empreendedor. Brasília: Sebrae Nacional, 2018.
- SEBRAE. Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil. 2020.
- SEBRAE. **Relatório de desempenho das micro e pequenas empresas**. Brasília: Sebrae Nacional, 2023.
- SEBRAE. **Selo de Referência em Atendimento – Salas do Empreendedor 2024**. Brasília:

Sebrae Nacional, 2024.

TCE-RN. **O papel das Salas do Empreendedor na gestão pública municipal**. Natal: TCE-RN, 2024.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.